

# Resumo de notícias econômicas

12 de Agosto de 2021 (quinta-feira)

Ano 3 n. 152

Núcleo de Inteligência da Sedet



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E TRABALHO

# PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 12 DE AGOSTO DE 2021

## Pressão leva a Câmara a adiar votação de mudança no IR

### O Estado de S. Paulo

No dia marcado para a votação do projeto de reforma do Imposto de Renda, empresários, representantes do mercado financeiro, governadores e prefeitos fizeram ontem uma articulação bem-sucedida na Câmara para barrar a proposta – que faz parte da reforma tributária. Foram tantas as manifestações que o presidente da Câmara, Arthur Lira, adiou a votação do projeto. Não foi definida uma nova data. A pressão pegou o presidente da Câmara de surpresa – ele considerava que o projeto estava “azeitado”. O novo parecer do relator do projeto, Celso Sabino (PSDBPA), não modificou a proposta do governo para o IR de pessoas físicas, que prevê aumento da faixa de isenção e limite para o uso de declaração simplificada.

O que mais irritou o setor empresarial foi a decisão do relator de disparar o parecer ainda durante a madrugada para representantes de Estados e tributaristas próximos. O texto, que já teve três versões, só foi protocolado pela manhã no sistema da Câmara, poucas horas antes da votação e sem apresentação de novas projeções sobre o impacto das medidas.

Para o empresariado, o projeto tem potencial de aumentar ainda mais a insegurança jurídica do sistema tributário brasileiro. Mesmo com as novas mudanças promovidas pelo relator, Estados e municípios ainda calculavam uma perda de R\$ 16,5 bilhões para os cofres regionais. “Somos completamente contra. É uma proposta inviável”, disse o presidente da CNI, Robson Andrade. Na sua avaliação, o texto, se aprovado, trará enxurrada de ações na Justiça. A indústria defende a votação da primeira fase da reforma tributária, enviada ao Congresso ainda no ano passado, que prevê a unificação do PIS e da Cofins em um único imposto – batizado de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). “Não tem condição, quando estamos discutindo uma reforma tributária mais justa e que diminua a burocracia, eles apresentarem uma proposta que vai aumentar a burocracia e a insegurança jurídica”, disse Andrade.

O presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe, afirmou que representantes do setor estão dialogando com os deputados. Notas foram sendo enviadas aos parlamentares apontando os problemas da proposta. Embora a matéria incluía uma redução em tributos pagos pelas empresas, a indústria critica a volta da taxa da distribuição de lucros e dividendos e diz que, no geral, haverá aumento da carga tributária. “Essa não é a reforma que o setor produtivo precisava”, disse Roscoe. “Não dá para saber quão ruim vai sair.”

Em nota, a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) afirmou que o novo texto de Sabino aumenta a carga tributária das empresas. “A reforma proposta não atingirá os objetivos estabelecidos de neutralidade arrecadatória, incentivo à retomada do desenvolvimento, do investimento, geração de emprego nem de simplificação”, diz o texto.

No novo parecer, Sabino diminuiu a queda do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) prevista inicialmente. Agora, a alíquota em 2023 ficará em 15,5%. Um recuo de 9,5 pontos percentuais na alíquota do IRPJ entre 2022 e 2023. No parecer preliminar, Sabino previa uma queda para 12,5 pontos percentuais: 10 pontos percentuais em 2022 e mais 2,5 pontos percentuais na sequência. Atendendo ao pedido dos Estados, o relator decidiu também mexer na Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), tributo que não é compartilhado com os governos regionais – portanto, a queda de arrecadação não causaria impacto aos cofres estaduais e municipais. O relator diminuiu a alíquota da CSLL em 1,5% a partir de 2022, mas a queda foi atrelada ao corte de renúncias. Dessa forma, a alíquota de 9% da CSLL cairia para 7,5%.

Com as mudanças, a tributação da renda das empresas (IRPJ mais CSLL) cairia de 34% para 23%. A ideia inicial do relator era uma queda de 21,5%. Ficam isentos os lucros e dividendos distribuídos por empresas que estão no Simples e por pequenas empresas até o limite de R\$ 20 mil por mês por beneficiário. Estão isentos lucros e dividendos distribuídos entre integrantes do mesmo grupo econômico, por entidades de previdência complementar por incorporadoras imobiliárias submetidas ao regime especial de tributação mediante patrimônio de afetação.

Os críticos viram imprevisto e falta de transparência na discussão do projeto. Sabino passou o dia em intensa negociação e buscou apoio dos Estados e municípios,

que apresentaram novas sugestões. Entre as sugestões apresentadas, estava a de que a queda do IR fosse feita diminuindo a alíquota adicional de 10% que incide sobre os lucros que ultrapassam R\$ 20 mil. Ela cairia para 0,5%.

## **Economista observa ganhos na proposta**

### **Broadcast**

O economista Rodrigo Orair, especialista em tributação, diz que a reforma do Imposto de Renda tem um objetivo claro: desoneração para garantir a reeleição do presidente Jair Bolsonaro. Ele critica a forma atabalhoada como o texto é analisado pela Câmara, mas diz que a proposta deve ser aprovada porque muita gente ganha. Leia trechos da entrevista.

#### **• O projeto do IR passa por um debate marcado por resistências. Elas se devem a quê?**

O tempo foi muito curto. Uma vez que mandou o projeto de lei para o Congresso, automaticamente o relator afirmou que mudaria muita coisa. E nessas mudanças ele apresentou, pelo menos, três versões. Ficou uma coisa muito confusa. Ele inseriu o parecer no sistema da Câmara, que tramita em regime de urgência. E há um grande risco de ir ao plenário.

#### **• Qual a consequência do fatiamento da discussão da reforma tributária?**

Tinha a história da reforma por fases. Começava pelo CBS e depois vinha o Imposto do Renda, o IPI e, em paralelo, o Senado trabalharia com um IVA subnacional (um imposto único) e um grande Refis. Essas seriam as supostas etapas. Só que atropelou. Primeiro mandou o Pis/cofins e ficou parado sem mobilização e agora pega o Imposto de Renda que está assumindo a fronteira da votação. E mais do que isso: o relator ampliou muito a desoneração e, para compensar em parte isso, ele propõe rever benefícios do Pis/cofins. Ora se vai rever benefício do Pis/cofins é que ele vai continuar existindo, não é? Mas o outro projeto diz que o Pis/cofins vai acabar para criar a CBS. Ficou inconsistente. Tem um projeto que propõe rever benefícios que o outro projeto diz que vai acabar. Embolou tudo. Não tem uma estratégia.

• **Apesar das resistências, a percepção é que o projeto será aprovado. Qual o risco?**

O projeto enviado e o parecer são duas coisas diferentes e mudaram ao longo do tempo. Uma coisa se manteve. O objetivo principal do projeto é uma desoneração da classe média por meio do reajuste da tabela progressiva do IRPF no ano eleitoral. Esse é o objetivo político. Em ano de eleições, o governo vai dar uma desoneração superior a R\$ 20 bilhões para a classe média gastar. Eu tenho discordância nessa primeira parte. Para compensar isso, o segundo eixo central é a tributação de lucros e dividendos. Hoje, esse modelo é disfuncional e está na contramão do mundo. Tributa com alíquota alta a empresa e isenta os dividendos. Só que originalmente o projeto era neutro do ponto de vista arrecadatário e ampliou a desoneração da empresa. Eles transformaram o projeto numa dupla desoneração para a classe média e depois na renda do capital. É desoneração para eleição.

• **Mesmo com toda essa resistência, por que os deputados vão votar e aprovar o projeto como tudo indica?**

O projeto está desonerando. Está desonerando a classe média e renda do capital. Esse projeto agora está associado à perda arrecadatária. Tem muita gente ganhando.

• **Quem perde mais?**

Para um prestador de serviço, o parecer piora (aumenta a carga) quando ele tem remuneração acima de R\$ 300 mil por ano. É por isso que alguns chamam muito. Muitos advogados perdem e muitos economistas de consultoria. Esse pessoal tem muita influência. Nas grandes empresas vai depender, se ganha ou se perde, do uso que elas fazem de Juros sobre Capital Próprio (JCP). Embora o projeto promova uma desoneração no agregado, ela é desigual. Grandes empresas tendem a perder mais e alguns grupos específicos. E eles fazem muito barulho.

## **Crise do clima cobra 'fatura' do mundo**

**Reuters**

Uma das piores secas já registradas no País e duas semanas consecutivas com geadas devastadoras. Enchentes que mataram mais de 200 pessoas na Alemanha e na Bélgica. Queimadas nos Estados Unidos e no Canadá. Seca em Taiwan e chuvas na China.

São vários os desastres climáticos ocorrendo simultaneamente em diferentes partes do mundo. Além das perdas humanas, eles têm causado prejuízos econômicos e mostrado que a conta do aquecimento global não para de subir.

No Brasil, uma combinação de seca e geada reduziu as safras de milho, café e cana-de-açúcar, entre outras lavouras. Nos EUA, o preço da madeira aumentou por causa das queimadas registradas na costa oeste. Na Alemanha, as indústrias química e siderúrgica tiveram prejuízos por não conseguirem escoar mercadorias pelo Rio Reno e, em Taiwan, a seca prejudicou a produção de semicondutores – cuja fabricação é intensiva em uso de água – e colaborou para que esses chips se tornassem escassos no mundo todo.

Só a seca e a geada no Brasil devem reduzir a safrinha de milho deste ano de 110 milhões de toneladas – volume esperado inicialmente – para 80 milhões, uma queda de 27,3%. Com o aumento acelerado da demanda global pela commodity e as perdas no País, que é o terceiro maior produtor de milho do mundo, o preço da saca aumentou 100% em um ano.

A geada reduziu as safras de cana-de-açúcar e café. No caso do café, a queda deve ser de pouco mais de 10%, de 48 milhões de sacas para 43 milhões. Essa redução fez o preço subir 20% em um mês, atingindo o recorde em sete anos no dia 28 de julho, quando a saca foi cotada a US\$ 207,73. Na cana, a redução decorrente apenas da geada deve ficar em 7%, de 570 milhões de toneladas esperadas para o Centro-sul do País para 530 milhões.

“O impacto não vai ser só nesta safra, vai se carregar para as próximas, porque parte da cana foi queimada e terá de ser cortada”, afirma o analista Rodrigo Almeida, do Santander. Almeida destaca que o impacto dos eventos climáticos se estenderá à pecuária, pois o pasto, que já estava com qualidade ruim por causa da seca, também queimou nas geadas. Os produtores terão, portanto, de aumentar a participação da ração na alimentação dos animais.

O problema é que as rações costumam ser feitas com milho. “Com a queda na safra, será desafiador alimentar o boi com ração. O custo vai aumentar. E porcos e frangos são alimentados com milho”, lembra o analista. Geadas e secas que dizimam produções não são uma novidade, mas a sucessão de eventos climáticos extremos tem

surpreendido até os especialistas da área. “A sensação é que, mesmo quando se previa um cenário pessimista, ele ainda era suave comparado com a intensidade atual”, diz o professor Francisco Aquino, do Centro Polar e Climático da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Aquino explica que a maior ocorrência de desastres climáticos cada vez mais intensos é consequência direta do aquecimento global, dado que uma atmosfera mais quente provoca circulação mais rápida de massas na atmosfera. Isso, por sua vez, gera esses eventos. O professor lembra que a temperatura média hoje é 1,2º C maior do que a de 1990.

Na avaliação do economista José Roberto Mendonça de Barros, sócio da consultoria MB Associados, a seca no Centro-sul do País e seus impactos econômicos são o principal indicador da gravidade da situação. Ele destaca as perdas não só nas produções de milho e cana, mas também os impactos que a falta de água terá na economia. “Estamos correndo sérios riscos na produção de energia elétrica no fim do ano. Os reservatórios estão se esvaziando rapidamente e isso tem impacto na inflação. Precisa ser muito distraído para não perceber que tem uma questão climática mais sistemática que está afetando o mundo inteiro e nós também”, diz.

Para o ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, porém, a alta atual no preço dos alimentos não decorre de problemas climáticos, mas da pandemia. Isso porque, com o coronavírus, alguns países importaram maiores volumes de commodities para se precaverem de uma eventual falta de alimentos, o que pressionou cotações. O problema foi ainda agravado porque, antes do aparecimento do vírus, os estoques de grãos no mundo já estavam em um patamar baixo, acrescenta Rodrigues.

## **Busca por maior variedade dá força às criptomoedas**

### **Reuters**

Uma exposição abrangente a diferentes tipos de investimento é fundamental para o investidor ter um portfólio de sucesso. E isso inclui ir além de ações, fundos e renda fixa. Na composição das carteiras, a participação de criptomoedas mostra uma tendência de forte crescimento. Estudo realizado pela consultoria Grimpa revela que a diversificação da carteira de investimentos já está ocorrendo, com muitos investidores incluindo as criptomoedas no portfólio. A pesquisa, que ouviu 500 homens e mulheres

com mais de 18 anos ao redor do País, mostra que 96% dos entrevistados já ouviram falar em criptomoedas e que 41% desse grupo já investiram em ativos digitais em algum momento.

De acordo com Marisa Camargo, diretora da Grimpa, o interesse no mercado cripto é reflexo de diferentes fatores. Além do incremento da digitalização financeira durante a pandemia, o fato de grandes investidores globais como o presidente da Tesla, Elon Musk, chamou a atenção de muita gente. A abertura de capital bilionária da corretora especializada em ativos digitais Coinbase na Nasdaq também colocou criptos nos holofotes.

André Franco, analista de criptomoedas da Empiricus Research, tem uma percepção mais pragmática sobre os criptoativos. “Toda vez que temos um ciclo de alta, há entrada de novos investidores. É óbvio que existe uma parcela dessas pessoas que têm receio e, por isso, vão querer aportar por meio de fundos”, diz. Para ele, se o mercado continuar em alta, os investidores as serão atraídos de um jeito ou de outro.

O estudo da Grimpa também mapeou o perfil dos investidores entrevistados. A maior parte tem disposição arrojada para investir, sendo a maioria homens entre 18 a 24 anos da classe A. As moedas estrangeiras e o ouro são os dois ativos preferidos desses investidores – respectivamente, 70% e 69% afirmaram ter aplicações nestas categorias. Já renda variável, renda fixa e previdência privada estão presentes em 53%, 41% e 49% dos portfólios dos entrevistados, em sequência.

Entre os criptoativos, algumas moedas chamam mais atenção pela rentabilidade, exposição na mídia ou indicação de influenciadores digitais. Sem surpresa, o Bitcoin é a mais famosa, apontada por 96% daqueles que já ouviram falar de criptomoedas. Em seguida aparecem Litecoin (40%), Ethereum (37%), Dogecoin (31%) e Binance Coin (31%).

A busca por boas oportunidades explica por que o tema está entre os assuntos mais comentados na internet. A procura mensal sobre criptomoedas saltou de 538 mil pesquisas para 2,3 milhões, de maio de 2020 para maio deste ano, a partir de dados de navegação. A maioria das pesquisas é seguida das palavras “notícias”, “corretoras” e “compras”.

O levantamento ainda apontou o “sentimento” dos usuários nas redes sociais em relação às criptomoedas entre 2020 e 2021. Os comentários considerados neutros cresceram 117% no período, ante 109% dos negativos. Por outro lado, as publicações com citações positivas aumentaram 211% de um ano para o outro. Ainda assim, boa parte dos investidores demonstra dificuldade em entender como fazer aplicações nessa classe de ativos. A pesquisa mostra que 53% dos entrevistados que já ouviram falar em uma moeda digital não sabem por onde começar. O caminho deve ser longo, já que a metade das pessoas consultadas acredita que esse será o principal meio de transação financeira em breve.

Para Vinicius Chagas, analista educacional da Blockchain Academy, falta conhecimento. O analista cita o exemplo do crescimento das corretoras e de produtos de investimento mais amigáveis ao investidor, com menores taxas e outros benefícios. Na visão de Chagas, isso ocorreu porque as pessoas estão mais críticas e procuram educação financeira.

Além do desconhecimento em como investir, os dois principais entraves citados pelos entrevistados são a incompreensão do que de fato é uma criptomoeda e o alto risco inerente ao mercado, mencionados respectivamente por 34% e 30% das pessoas ouvidas.

## **Nubank contrata bancos e quer valer US\$ 40 bi em IPO**

### **Broadcast**

O Nubank contratou o grupo de bancos que vai assessorá-lo em sua abertura de capital na Nasdaq, bolsa de tecnologia dos Estados Unidos. Na primeira linha, estão nomes como os dos gigantes norte-americanos Morgan Stanley, Goldman Sachs e Citi. Os outros três estrangeiros, HSBC, Allen & Co e UBS, também foram selecionados. A esperada oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) do banco digital brasileiro está prevista para ocorrer até o fim do ano. O Nubank busca ser avaliado na ordem de US\$ 40 bilhões. Nesse patamar, a instituição, comandada pelo colombiano David Vélez, superaria pesos pesados do setor financeiro brasileiro nos EUA como o Bradesco, que tem valuation de US\$ 39,9 bilhões, e a XP, de US\$ 27,7 bilhões. » Termômetro. O Nubank fez reuniões preliminares com investidores em Nova York, o chamado “testing the

waters” no jargão de Wall Street, que é quando a empresa tenta avaliar o apetite do investidor por seu negócio. O resultado foi positivo, com gestores colocando a operação entre as mais esperadas do segundo semestre. A expectativa pelo IPO é tão alta quanto da startup americana Discord, aplicativo de voz sobre IP, que chegou a ser cobiçada pela Microsoft, e da Stripe, de processamento de pagamentos, o unicórnio mais valioso da América.

Na última captação, de US\$ 750 milhões e que atraiu a Berkshire Hathaway, de Warren Buffett, o Nubank já conseguiu ser avaliado em US\$ 30 bilhões. O Morgan Stanley deve atuar como líder do IPO. O banco já assessorou a fintech no primeiro contato com investidores do mundo tech, há dois meses. Procurado, o Nubank não comentou. Os bancos citados também não quiseram se manifestar.

## **Recuo de IPO de empresa do Agronegócio**

### **Broadcast**

Após não encontrar investidores suficientes para emplacar sua oferta inicial de ações no atual ambiente de instabilidade, a exportadora de grãos Agribrasil resolveu recolher a operação. O valor da ação da companhia, que pretendia movimentar pouco mais de R\$ 230 milhões na sua entrada na Bolsa, seria conhecido amanhã. A turbulência política, com o embate entre o presidente Bolsonaro e o poder judiciário, traz preocupação extra neste momento, marcado, ainda, pela indicação de alta no juro brasileiro.

A estratégia da Agribrasil era conseguir investidores junto a gestoras de recursos independentes menores e family offices. Assets maiores de fundos small caps também estavam entre os potenciais investidores. A intenção era oferecer 40% das ações ao varejo. A oferta deve ser reestruturada. » Dois em um. Vento forte à noite, sol de dia e infraestrutura de escoamento da energia para a rede pronta têm feito mais empresas investirem em parques híbridos, que misturam geração eólica e solar. A Casa dos Ventos colocará R\$ 1 bilhão na expansão dos complexos Rio dos Ventos e Babilônia. Serão adicionados 400 megawatts (MW) médios.

## **Expansão da Rio dos Ventos**

### **Broadcast**

Com a expansão, os empreendimentos devem passar dos 1,5 gigawatts (GW) atuais para quase 2 GW de capacidade instalada. Rio dos Ventos já é considerado um dos maiores complexos eólicos do mundo, com capacidade para produzir mais de 1 GW de energia. Está sendo implantado no Rio Grande do Norte e sua primeira fase entrará em operação comercial neste ano. O Babilônia está previsto para começar a produção no início de 2023.

A estratégia de venda da energia dos empreendimentos prevê oferecer parte da produção em contratos de longo prazo e manter 25% da geração para ser vendida no mercado de curto prazo pela área de comercialização da empresa.

## **Expansão do Mercado de Galpões Logísticos**

### **Broadcast**

Após o recorde de locações no ano passado, o mercado de galpões logísticos segue com ritmo forte, mas não deve repetir o pico de 2020. Esse tipo de imóvel tem tido demanda crescente, sobretudo para funcionar como centro de distribuição do comércio eletrônico.

Dados da consultoria imobiliária Newmark mostram que, em São Paulo, foram fechados contratos de locação equivalentes a 153 mil m<sup>2</sup> no segundo trimestre, totalizando 227 mil m<sup>2</sup> no semestre. Essa é a absorção líquida, já deduzidas as devoluções. O resultado representa 20% de todo o ano passado, quando o segmento disparou, chegando a 1,118 milhão m<sup>2</sup> comercializados.

O Magalu foi o principal cliente dos donos de galpões no semestre, com contratos de 37,7 mil m<sup>2</sup>. A varejista se tornou inquilina do Centro Logístico Osasco e do Business Park Jundiaí.

## Disputas marcam Ferrogrão, maior projeto do setor

### Broadcast

A ferrovia que pode viabilizar o escoamento da produção agrícola do Centro-oeste pelo Norte do País enfrenta desafios ambientais e é alvo de briga entre gigantes da logística brasileira.

A viabilidade do maior projeto de infraestrutura de transportes do País encara, há anos, o desafio de transpor impactos socioambientais. A ferrovia Ferrogrão, que promete reorganizar o mapa nacional do transporte de cargas, precisa comprovar que sua viabilidade não significaria a redução de florestas protegidas no meio da Amazônia e a invasão de terras indígenas. Mas os desafios não acabam por aí. A abertura de uma nova rota de escoamento do agronegócio tem mexido, e muito, com a concorrência do setor logístico. É uma briga de gigantes.

Nos últimos quatro meses, a reportagem do Estadão ouviu dezenas de consultores da área de transportes, agentes da cúpula do Ministério da Infraestrutura, fabricantes do setor ferroviário, associações, produtores rurais e as próprias concessionárias de ferrovias. Os relatos dão conta da forte disputa que envolve hoje a consolidação logística do Centro-oeste, maior polo de produção de grãos do País.

De um lado estão aqueles que defendem a realização do leilão planejado pelo governo. De outro, estão nomes que já atuam na região e que enxergam na Ferrogrão um concorrente que pode colocar planos futuros em xeque. É o caso da Rumo, empresa logística do Grupo Cosan.

A oposição da companhia ao empreendimento tem uma razão clara: a abertura de concorrência para os trilhos que a Rumo já administra nas Regiões Centro-oeste e Sudeste, jogando o preço do frete para baixo e consolidando a saída dos grãos pela Região Norte do País.

Com seus 933 km, a Ferrogrão vai ligar Sinop (MT), centro nacional da produção de soja e milho, às margens do Rio Tapajós, em Itaituba (PA). Ali, a produção que chegaria aos trens de carga seria despejada em barcaças, seguindo por uma hidrovía que acessa o Rio Amazonas e, desse ponto em diante, para qualquer lugar do planeta.

Outras gigantes ferroviárias e investidores de logística, como a VLI, da mineradora Vale, e o fundo Pátria, dono da Hidrovias do Brasil, têm interesse na Ferrogrão.

O que está sobre a mesa é um jogo logístico bilionário. Em março de 2019, a Rumo desbancou a VLI e venceu o leilão da parte sul da Ferrovia Norte-sul, com um lance de R\$ 2,7 bilhões. A VLI era vista como a mais forte do páreo, porque já era dona do trecho norte da ferrovia – Porto Nacional (TO) a Açailândia (MA).

Além disso, no fim de 2020, a Rumo renovou, por 30 anos, a concessão da Malha Paulista, que corta o Estado de São Paulo, até o Porto de Santos. A empresa se comprometeu a injetar mais de R\$ 6 bilhões na rede. Há ainda uma terceira malha nas mãos da Rumo, a Ferronorte, entre São Paulo e Rondonópolis (MT). Com essa estrutura, a Rumo passou a ter o monopólio ferroviário do transporte de grãos mato-grossense.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, recebeu diversos pedidos para que fosse assinada uma autorização que liberasse a ampliação da Ferronorte, saindo de Rondonópolis até Lucas do Rio Verde – ambas em Mato Grosso. Isso significa estar ao lado de Sinop, onde começa a Ferrogrão. Na prática, a Rumo quer se antecipar e espera que o governo libere a construção de uma nova malha de 600 km, sem submeter esse trecho a eventuais rivais. Como o governo federal resistiu à ideia, a empresa recorreu ao governo de Mato Grosso e conseguiu autorização do Estado para tocar a obra.

Hoje, novas ferrovias só podem ser construídas no País por meio de concessões. Um projeto de lei no Congresso pretende permitir autorizações simples de obras. Com o avanço da liberação de obras por Mato Grosso, o governo federal redobrou sua pressão para que caminhe no parlamento. A Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF) disse que “apoia iniciativas e projetos que ajudem a expansão da malha ferroviária e o crescimento da participação do modal na matriz de transporte de cargas brasileira”.

Perguntada à Rumo a respeito da concorrência que a Ferrogrão poderia trazer para suas operações. A companhia declarou que, “como maior concessionária de ferrovias do Brasil, a Rumo acompanha com toda a atenção os demais projetos (...) – sem que haja no momento nenhuma definição quanto a eventuais participações”. Sobre

seus projetos, declarou que “vem estudando e discutindo investimentos atrelados à renovação antecipada da concessão da Malha Sul e à extensão da Ferronorte”.

## **Seca e geadas pressionam preço de alimentos**

### **Broadcast**

A estiagem prolongada e as recentes ondas de frio atingiram a produção de milho, café, hortaliças e laranja, o que deve elevar o custo desses produtos. O encarecimento da ração terá impacto nas carnes bovina, suína e de frango.

Os consumidores brasileiros não deverão ter trégua nos próximos meses. A prolongada estiagem e, mais recentemente, as ondas de frio registradas em várias regiões do País afetaram a produção de milho, café, hortaliças e laranja, o que deve elevar ainda mais o custo desses produtos nas prateleiras dos supermercados. Como o milho é usado na ração de bovinos, suínos e, principalmente, frangos, o preço desses itens também seguirá pressionado.

Depois de dois anos de recorde, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) projetou ontem uma queda na safra de grãos brasileira 2020/2021. A expectativa é de que sejam produzidas 254 milhões de toneladas, 1,2% a menos do que na safra anterior.

Mesmo com o aumento de 4% na área plantada, a redução na produção se deve à queda na produtividade por causa da estiagem nas principais regiões produtoras e das geadas. Economistas alertam que parte desses eventos climáticos ainda não estava no radar e ainda poderá ter efeitos negativos nos preços.

O café foi uma das lavouras mais atingidas pela recente onda de frio, que prejudicou a produção de milho, que já tinha sofrido com problemas climáticos no início do ano. No segundo semestre do ano passado, produtores de soja atrasaram em cerca de um mês o plantio do grão por falta de chuvas. Isso levou a uma produção menor do principal produto agrícola exportado pelo País, e adiou também o cultivo do milho, que é plantado na entressafra da soja. Com isso, a Conab projetou uma quebra de 15,5% nas colheitas. A primeira safra, de verão, está projetada em 24,9 milhões de toneladas, 11% abaixo da safra anterior. A segunda safra, tradicionalmente chamada de “safrinha”, deve ser de 60,32 milhões de toneladas, 19,6% abaixo da de 2020.

“O milho foi a principal questão que levou a Conab a reduzir a projeção da safra. Os preços já vinham em alta, e teremos uma oferta apertada, muito ajustada à demanda, até maio de 2022, que é quando se colhe a safrinha 2022”, afirmou o assessor técnico da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Fábio Carneiro.

O clima levou o IBGE a revisar a estimativa para a safra de grãos. O IBGE estima ligeiro aumento, de 0,8%, mas fez revisões para baixo pelo quarto mês seguido – e a perspectiva é de continuar rebaixando as previsões. O analista do IBGE, Carlos Antônio Barradas, disse que as estimativas do órgão para a segunda safra de milho poderão piorar porque os efeitos negativos das geadas ainda não foram totalmente captados. Além disso, há a possibilidade de novas ondas de frio chegarem, o que, assim como a estiagem prolongada, pode afetar a safra de trigo.

Carneiro, da CNA, compartilha da preocupação. Ele explica que o produto é usado como substituto parcial do milho na ração animal, principalmente para bovinos, e o tamanho da colheita pode definir o comportamento do preço das carnes nos próximos meses. “Nosso medo é haver geada em agosto e atingir as plantações de trigo, principalmente no Paraná. Hoje, há uma perspectiva de crescimento de área, mas pode haver perda de produtividade”, afirmou.

Os problemas na oferta de commodities agrícolas, como milho, soja, café e leite, puxaram a aceleração da inflação medida pelo IGP-DI em julho, quando registrou alta de 1,45%. De acordo com o pesquisador da FGV André Braz, os impactos da seca já estavam no radar, mas as frustrações causadas pelas geadas ainda terão efeitos nos preços.

Além de pressionar os preços finais das carnes, o aumento no custo do milho tem efeito sobre o ovo e o leite, que, mais caro, também tende a encarecer laticínios em geral. Além disso, as ondas de frio afetam a produção de alimentos in natura, como hortaliças e legumes, integrantes da cesta básica da maioria das famílias.

Para o diretor da consultoria MB Agro, José Carlos Hausknecht, a frustração de novos recordes na produção agrícola em 2021 confirma ainda uma expectativa de estabilidade no PIB da agropecuária no fechamento do ano. No primeiro trimestre, o PIB da agropecuária avançou 5,7% ante os três últimos meses de 2020, em desempenho impulsionado pela safra recorde de soja. Com isso, no início do ano, as expectativas

apontavam para um avanço de 2% a 3% no PIB da agropecuária, alta que foi minada pelos efeitos do clima sobre a produção. Ainda assim, ele acrescenta que o quadro ainda é favorável para o produtor. Com as cotações das commodities elevadas e o dólar alto, os produtores agrícolas nacionais ainda têm um impacto positivo em sua renda. Isso sinaliza para renovação de investimentos para a próxima safra.

## **Vinci compra 4 shoppings da Ancar por R\$ 659,5 mi**

### **Broadcast**

A gestora de recursos Vinci Partners está perto de concluir a maior operação de compra de shoppings centers desde o começo da pandemia, que fechou lojas, impulsionou o comércio online e colocou em xeque o futuro do varejo físico. O fundo de investimentos imobiliários Vinci Shopping Centers (VISC11) assinou memorando de entendimentos com a Ancar Ivanhoe para comprar participações em quatro empreendimentos do grupo por R\$ 659,5 milhões. O processo está em fase de diligências e a expectativa é de que seja concluído no próximo mês. A transação envolve fatias de quatro empreendimentos: Pantanal Shopping (21,5%), Porto Velho Shopping (49%), Shopping Boulevard (40%) e North Shopping Maracanaú (100%). O negócio implica preço de R\$ 11.200/m<sup>2</sup>, com cap rate (porcentagem da renda anual obtida por meio de um imóvel, em relação ao valor pago pelo ativo) estimado de 8% para os próximos 12 meses. Pelo lado do VISC11, trata-se de um investimento na baixa para colher frutos na alta. Os shoppings em negociação têm potencial de expansão, caso do Pantanal, em Cuiabá, e renovação do mix de lojistas, como o Boulevard, no Rio.

A Vinci tem experiência no ramo. Se a transação for confirmada, passará a ter 19 shoppings na carteira e será o maior do Brasil, com 220 mil m<sup>2</sup> de área bruta locável própria (ABL). O segundo maior é o fundo Hedge Brasil Shopping, com 10 shoppings e 175,5 mil m<sup>2</sup> de ABL. O XP Malls é o terceiro maior.

Ao mesmo tempo em que reforça a aposta em shoppings, o VISC11 dilui os riscos da carteira com centros em 12 Estados e administrados por 10 empresas diferentes. Nessa transação, a Ancar seguirá à frente dos shoppings. A negociação prevê renda garantida ao fundo, isto é, a Ancar assumirá obrigação de desembolsar até R\$ 20

milhões nos próximos dois anos, caso os empreendimentos não gerem a receita prevista.

A Ancar informou que a intenção da venda é “permitir o contínuo aumento da relevância local e competitividade desses ativos em seus respectivos mercados”. A Vinci não se pronunciou pois está em período de silêncio devido à operação de emissão de cotas pelo VISC11, para financiar a compra dos shoppings.

## **Entrada de agtechs internacionais no mercado brasileiro**

### **Broadcast**

A gestora de capital de risco Mindset Ventures espera trazer para o Brasil ainda este ano duas agtechs internacionais. Daniel Ibri, sócio-fundador e CIO, conta que estão sendo avaliadas tecnologias envolvendo soluções digitais de monitoramento de lavouras, automatização de equipamentos e de gestão e crédito rural. Por aqui, já operam duas outras startups de monitoramento de pomares e de inteligência artificial, que chegaram ao País por meio da gestora. O fundo, majoritariamente de capital brasileiro, investe em startups de Israel e dos Estados Unidos. Em 5 anos, a Mindset aportou recursos em mais de 50 empresas, com total aproximado de R\$ 200 milhões. No momento, há em andamento uma rodada de R\$ 270 milhões que devem ser aplicados até o fim de 2022. “Pelo menos uma agtech, de um total previsto de oito, deve receber aporte deste fundo”, diz.

## **Inovações no combate a pragas do algodão**

### **Broadcast**

A norte-americana Provivi, startup de proteção de cultivos que usa feromônios para interromper o acasalamento de insetos-praga, entra neste ano no mercado brasileiro de algodão. O primeiro produto a ser pré-lançado para a safra 2021/22 é destinado ao combate de uma das principais pragas da cultura, a lagarta-do-cartucho. A aposta é complementar o manejo com agroquímicos e biológicos que o cotonicultor já usa e aproveitar a tendência de busca por sustentabilidade. A expectativa é atingir, entre áreas pré-comerciais e de ensaios, 20 mil a 25 mil hectares. A startup começa a construir

neste semestre um laboratório em Campinas (SP), que deve estar pronto em 2022, com aporte de cerca de US\$ 500 mil. Alexandre Develey, líder de Brasil e Argentina da empresa, diz que produção do feromônio continuará a ser realizada nos EUA, mas a ideia é testar diferentes formulações no País. “Queremos aumentar o escopo da pesquisa direcionada para as condições no Brasil e continuar esse trabalho de parceria com nosso laboratório na matriz”, afirma.

***Assessoria de Comunicação – Sedet***

***Fone: (85) 3444.2900***

***[www.sedet.ce.gov.br](http://www.sedet.ce.gov.br)***

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE.

Notas: (\*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (\*\*) Valores projetados, sujeitos a revisão; Atualizado em 17/06/2021.

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUN)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.071,64
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.540,16
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-468,52

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até maio)
Brasil ( R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,18
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	89,31

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até Maio) (base: igual mês ano anterior) (%)				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,7	2,8	-22,1	25,3
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,3	-3,1	-11,7	2,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,6	-0,8	-17,8	5,1
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	5,0	2,8	-17,2	19,2
INFLAÇÃO (Acumulado até Maio)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA -BRASIL	3,75	4,31	4,52	3,77
IPCA -FORTALEZA	2,9	5,01	5,74	5,11
INPC	-	4,48	5,45	3,95
IGP-M	7,54	7,3	23,14	15,08

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
<b>População em idade de trabalhar</b>	<b>7.312 (100%)</b>	<b>7.410 (100%)</b>	<b>7.620 (100%)</b>	<b>7.623 (100%)</b>
	4.088	4.185	3.808	3.631
<b>Força de trabalho (mil)</b>	<b>(56%)</b>	<b>(56%)</b>	<b>(50%)</b>	<b>(48%)</b>
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
<b>Fora da Força de trabalho (mil)</b>	<b>3.224 (44%)</b>	<b>3.225 (44%)</b>	<b>3.812 (50%)</b>	<b>3.992 (52%)</b>
Desalentados (mil)	328	358	466	466
<b>Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)</b>	<b>1.525</b>	<b>1.685</b>	<b>1.656</b>	<b>1.766</b>

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até junho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.888	1.547.833
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.922	8.829.593
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.633.520	48.866.892

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

\* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

\*\* O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

CADASTRO GERAL DE DESEMPREGADOS E EMPREGADOS DO CEARÁ (JAN-MAIO)		
Indicadores	2020	2021
Contratações	136.612	182.814
Demissões	181.915	158.869
Saldo de Empregos Gerados	-45.303	23.945

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (JAN - JUN)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	35.121	40.957	38.404	55.775
Fechamento	57.673	15.613	13.265	17.844
Total	-22.552	25.344	25.139	37.931

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (JAN-JUN)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	8.594.172	7.416.995	8.025.916	10.038.097

Fonte: CIPP